

encurtar mandato de deputados

Vanda Célia

BRASÍLIA — O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Jáder Barbalho, acha que "não há hipótese de as eleições municipais se realizarem neste ano. Vamos adiar o pleito de qualquer maneira", de acordo com um parlamentar com quem ele desabafou. Um dos assessores do ministro revelou que o plano do governo é procurar adiar por um ano as eleições municipais e tentar eleições para a Câmara em 1989, quando será feita a escolha do sucessor do presidente José Sarney. Na verdade, para o Planalto, a sucessão começou com a votação do mandato na última quinta-feira.

A redução em um ano no mandato dos deputados federais enfrenta resistências, embora Jáder Barbalho, segundo o assessor, garanta que o governo poderá vencê-las prometendo apoio incondicional de reeleição aos seus aliados na Câmara. Os líderes do governo acham difícil comprometer os deputados com a idéia da redução, mas acreditam no adiamento das municipais, se conquistarem para a idéia alguns dos governadores comprometidos com o pleito — principalmente Newton Cardoso, de Minas, que quer derrotar os prefeitos do PFL do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves.

No Palácio do Planalto revela-se que o adiamento faz parte do esquema de Sarney para a sucessão, onde estão sendo selecionados de acordo com o mapa de votação do mandato, os aliados do governo. "Vamos separar o joio do trigo", explicou o deputado Gilson Machado (PFL-PE), vice-líder de Carlos Sant'Anna. A separação, em médio prazo visa à antecipação das eleições para a Câmara e a sucessão presidencial. Nos cálculos das lideranças do governo, o joio — políticos que lhe fazem oposição — e o trigo — os que votaram cinco anos — já estão divididos em alguns estados.

Rio de Janeiro — O candidato derrotado nas municipais em 85, deputado Jorge Leite (PTB), acerrou-se do Palácio do Planalto e vai disputar fatias do eleitorado contra o deputado Artur da Távola (PMDB), o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães e o senador Nelson Carneiro, do PMDB, o candidato do PDT, Marcello Alencar, e o deputado Álvaro Valle, criador do PL. O fiel da balança, entre as forças que vão se opor ao brizolismo, é o governador Moreira Franco.

São Paulo — Os senadores Mário Covas (PMDB) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB), além do ex-governador Franco Montoro, lançam no próximo dia 24 um novo partido com dissidentes do PMDB e PFL, são da oposição. Com Sarney estão Jânio Quadros e Orestes Quêrcia. Na indefinição está o deputado Ulysses Guimarães.

Minas Gerais — O deputado Pimenta da Veiga e o ex-governador Hélio Garcia formam a linha de frente do grupo que o governo jogou na oposição e pretende enfrentar na sucessão. Do lado do Planalto, o governador Newton Cardoso e o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. Cardoso e Aureliano são irreconciliáveis e este último poderá acabar somando na oposição.

Bahia — O governador Waldir Pires teve como companhia de palanques, para derrotar o atual ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, em 86, o ministro Prisco

Vianna e o deputado Carlos Sant'Anna. Agora Vianna, Antônio Carlos e Sant'Anna são legítima "semola de trigo" para o governo e Pires o pior dos joios. Os três poderão não continuar aliados na sucessão, adverte fonte do Planalto, mas garante que ficarão com Sarney.

Pernambuco — O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) é a principal bala na agulha do governo para anular o senador Marco Maciel e seu grupo. Arraes não entra jamais na cota de aliados, mas Maciel passou a ser uma ameaça que os ministros do presidente querem afastar. A situação já foi diferente e Sarney tentou a todo custo reconquistá-lo: "Você é meu amigo, em você confio", disse certa vez ao senador, convidando-o a formar um partido no Congresso. Maciel não aceitou e votou pelos quatro anos. Sarney vai encurralá-lo, garante um ministro do presidente.

Santa Catarina — A situação para a sucessão presidencial em Santa Catarina coloca na oposição o senador Jorge Bornhausen — ex-ministro da Educação de Sarney — e todo o grupo do PDS, do ex-governador Espiridião Amim. Com Sarney estão o governador Pedro Ivo e o ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique. Ele tem se empenhado pró-governo. Foi para o Congresso no dia da votação do mandato e solicitou ao deputado Agassiz de Almeida (PMDB-PB) que votasse pelos cinco anos. Agassiz diz que votou de acordo com o pedido "do Luiz".

Rio Grande do Sul — O adversário é Carlos Chiarelli (PFL) e aqui o governo quer reestruturar seu grupo com o deputado Arnaldo Prieto, ex-ministro do Trabalho do governo Geisel. Prieto aceitou ser o relator do projeto que suspendeu a URP do funcionalismo e duas fontes afirmam que isto pode ser um indício de sua ascensão ao Ministério do Trabalho. Dali, ele tentaria capturar para o lado de Sarney o ex-deputado Nelson Marchezan. O fiel da balança é o governador Pedro Simon.

Paraná — Para mostrar que não vai temer a oposição, o governo se afastou completamente do senador José Richa (PMDB), que chegou a convidar para exercer o cargo de chefe do gabinete-civil. Contra Richa, uma das principais lideranças do estado, ele armou seu esquema com o governador Álvaro Dias e o ministro da Saúde, Borges da Silveira. Também com o governo, o ex-governador Paulo Pimentel.

Norte — No norte, o governo, segundo um dos assessores, acha sua situação tranqüila pelo apoio do Pará, Maranhão — só o deputado Jayme Santanna, em toda a bancada maranhense votou pelos quatro anos — e Amazonas.

Alagoas — Ao votar em favor dos cinco anos o senador Guilherme Palmeira (PFL), aliado do senador Marco Maciel, abriu as portas para um entendimento até a sucessão com o governo. O sobrinho de Guilherme, deputado José Thomás Nonô (PFL), também ficou com o governo. Com Nonô à frente, o governo pretende armar o esquema para enfrentar Fernando Collor de Mello.

Rio Grande do Norte — O governo escolheu o ministro Aluísio Alves como seu aliado. Contra ele estão os Maiais, o outro clã que divide a política do estado. Um dos patriarcas da oposição — senador Lavoisier Maia — admite apoiar Leonel Brizola para ficar com a mesma candidatura dos Alves. Um dos primos da família, César Maia, já é do PDT.

Posição oficial ainda é confusa

Para efeito externo, o presidente Sarney proclama que deseja a realização de eleições municipais este ano porque está convicto de que, com os recursos que vai entregar aos estados e municípios, poderá obter uma grande vitória, recompor-se politicamente e, em 1989, eleger seu sucessor. Foi o que ele disse a um governador na semana passada, durante audiência no Palácio do Planalto.

Se Sarney quer as eleições, seus líderes no Congresso ainda não se entenderam sobre o assunto. Único, além do senador Aureo Mello (PMDB-AM), a defender publicamente a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores, o líder do governo no Senado, Saldanha Derzi, foi advertido no plenário da Constituinte, diante de vários parlamentares, pelo líder do governo na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna. Derzi, segundo Sant'Anna, estaria misturando duas coisas distintas: concessão dos cinco anos de mandato para Sarney e adiamento das eleições.

O que mais preocupa agora as lideranças da Constituinte, como o senador Mário Covas, é a falta de quórum. "Ulysses assume a Presidência da República no domingo e fica lá no Planalto até quarta-feira. Com isso, não haverá nenhuma votação em plenário. E de quinta-feira em diante não estará ninguém em Brasília. Então, só retomaremos nossos trabalhos na outra semana. Daqui para a frente teremos, de 300 a 320 constituintes em plenário. Bastará que 50 ou 70 fiquem contra alguma coisa e não teremos mais os necessários 280 votos para aprovar nada", advertiu.

Covas acredita que haverá eleições municipais "mais pela força da inércia do que por uma pressão do Palácio ou pela organização dos que defendem a prorrogação dos mandatos". Além do mais, 150 constituintes já são candidatos declarados a prefeitos. Unidos e favorecidos pela esperada falta de quórum no plenário, eles serão, segundo o senador, obstáculo incontornável contra a prorrogação.